



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 199

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE OUTUBRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	14397
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	14398
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	14403
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	14412
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	14412
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL — Conselho Federal	14413
EDITAIS E AVISOS.....	14414

VISITA DO PAPA JOÃO PAULO II AO BRASIL

AVISO CIRCULAR Nº 01, DE 04 DE OUTUBRO DE 1991(*)

Excelentíssimos Senhores Ministros e Dirigentes de Órgãos vinculados à Presidência da República,

Tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, constante da E.M. nº 120, de 27.09.91, publicada no *Diário Oficial da União* de 02.10.91, comunico a Vossas Excelências que deverá ser adotado o seguinte esquema de funcionamento das repartições públicas federais da administração direta, autárquica e fundacional por ocasião da visita de Sua Santidade o Papa João Paulo II ao Brasil, no período de 12 a 21 de outubro do corrente ano:

I — No Distrito Federal

Dia 14.10, segunda-feira: expediente das 8 às 14 horas;

Dia 15.10, terça-feira: ponto facultativo.

II — Em outras cidades, incluindo as respectivas regiões metropolitanas:

São Luís-MA, dia 14.10, segunda-feira: ponto facultativo;

Goiânia-GO, dia 15.10, terça-feira: expediente das 8 às 12 horas;

Cuiabá-MT, dia 16.10, quarta-feira: ponto facultativo;

Campo Grande-MS, dia 17.10, quinta-feira: ponto facultativo;

Florianópolis-SC, dia 18.10, sexta-feira: ponto facultativo;

Salvador-BA, dia 21.10, segunda-feira: início do expediente às 10:30 horas.

2. Solicito de Vossas Excelências que sejam adotadas providências relativas à divulgação do esquema indicado e à manutenção do funcionamento dos serviços considerados essenciais.

CARLOS MOINEIRA GARCIA
Secretário da Administração Federal

(*) Publicado no DOU, Seção I, de 07.10.91, página 21763.

N. da Direção: Dia 14/out. — Das 07h30 às 14h00 — Recebimento de Matérias para publicação nos DIÁRIOS OFICIAIS E DIÁRIOS DA JUSTIÇA.

Tribunal Superior Eleitoral

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria de Taquigrafia, Acórdãos e Resoluções

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 89/91

Resoluções

17.591 - PROCESSO Nº 12.175 - CLASSE 10ª - CEARÁ (Fortaleza).

Súmula: Pedido de crédito suplementar para o TRE do Ceará.

Relator: Ministro Vilas Boas.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, determinou o encaminhamento do pedido de crédito suplementar.

Ementa:

Crédito suplementar. Despesas. TRE/CE. Encaminhado ao Poder Executivo.

Data do julgamento: 12 de setembro de 1991.

Protocolo nº 6.049/91.

17.593 - PROCESSO Nº 12.081 - CLASSE 10ª - CEARÁ (Fortaleza).

Súmula: Solicita o Presidente do TRE, autorização para requisitar o funcionário Paulo Sérgio Magalhães, Agente de Vigilância do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, a fim de prestar serviço à Justiça Eleitoral do Ceará.

Relator: Ministro Vilas Boas.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, indeferiu o pedido de requisição.

Ementa:

Requisição. TRE/CE. Funcionário do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão. Lei nº 6.999, de 7.6.1982.

A cessão do servidor para outro órgão deve obedecer aos interesses do órgão cedente e do requisitante. Prevalência dos motivos impeditivos da cessão do servidor.

Indeferimento (Precedente: Resolução TSE nº 17.504, de 6.8.1991).

Data do julgamento: 12 de setembro de 1991.

Protocolo nº 4.407/91.

17.594 - PROCESSO Nº 12.179 - CLASSE 10ª - BAHIA (Salvador).

Súmula: Pedido de crédito suplementar para o TRE da Bahia.

Relator: Ministro Sepúlveda Pertence.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, determinou o encaminhamento do pedido de crédito suplementar.

Ementa:

Crédito suplementar. Despesas. TRE/BA. Encaminhado ao Poder Executivo.

Data do julgamento: 12 de setembro de 1991.

Protocolo nº 6.130/91.

Acórdãos

12.067 - RECURSO Nº 9.419 - CLASSE 4ª - ACRE (Rio Branco).

Súmula: Da decisão do TRE que julgando o mérito da representação, indeferiu pedido de recotagem dos votos das 1ª, 3ª, 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Zonas Eleitorais e, em consequência, retificar a votação dos candidatos ao cargo de Deputado Federal.

Recorrente: Coligação "Reconstrução Democrática do Acre - RDA" (PTB/PDC/PL/PFL/PTR/PRN) (Advºs: Drs. Hélio Thomaz de Oliveira e Pedro Gordilho).

Recorrida: Procuradoria Regional Eleitoral.

Relator: Ministro Sepúlveda Pertence (Rel. desig.: Min. Pedro Acioli).

Decisão: O Tribunal, vencido o Relator que provia em menor extensão, deu provimento ao recurso para determinar que o Tribunal a quo proceda incontinenti à recotagem dos votos.

Ementa:

Recotagem de votos. Erro material. Divergência entre a totalização pela Comissão Apuradora e os boletins de urna. Preclusão anteriormente afastada pela Corte para que o Tribunal a quo julgasse o mérito da reclamação (Acórdão nº 11.820, de 4.12.1990).

Se dirigida ao relatório final de apuração, deve a reclamação ser antes apreciada pela Comissão Apuradora e não diretamente pelo Tribunal Regional, facultando-se, ainda, ao candidato interessado, o exame dos documentos em que o mencionado relatório se baseou. Ofensa que restou assim demonstrada ao art. 200 e seus parágrafos do Código Eleitoral c/c o art. 38 e respectivos parágrafos da Resolução - TSE nº 16.640, de 26.6.1990.

Incoincidência de resultados, ensejadora da recotagem de votos (CE, arts. 179, § 6º, e 200), detectada pelo próprio órgão regional.

Conferindo apenas os boletins de urna e deixando de examinar os mapas de apuração e demais documentos requeridos, não pode o TRE afirmar a ausência de prejuízo, fundada tão-somente na reduzida quantidade de incoincidências verificadas, se não restou comprovada a inexistência de outras.

Reiterada jurisprudência da Corte no sentido de se proceder à recotagem de votos não só nas hipóteses de fraude, mas também nos casos de erro material de lançamento, como medida para corrigir a incoincidência de resultados.

Recurso provido para determinar que o Tribunal a quo proceda incontinenti à recotagem dos votos.

Data do julgamento: 12 de setembro de 1991.

Protocolo nº 9.443/90.

12.094 - RECURSO Nº 9.222 - CLASSE 4ª - PERNAMBUCO (Recife).

Súmula: Do despacho que inadmitiu recurso interposto da decisão do TRE que elevou de 33 para 35 o número de vagas da Câmara de Vereadores de Recife.

Recorrente: Procuradoria Regional Eleitoral.

Relator: Ministro Pedro Acioli.

Decisão: Por unanimidade, o Tribunal deu provimento ao agravo e conheceu e deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente.

Ementa:

Agravo de instrumento. Recurso especial. Fls. de 15.11.1988. Legislativo Municipal. Elevação do número de vagas. Procuradoria Regional Eleitoral. TRE/PE.

Com a realização das eleições, exauriu-se a competência atribuída ao TRE para fixar o número de Vereadores para a representação eleita em 1988 (ADCT, art. 5º, § 4º).

Possibilidade de erro apontada no acórdão do TRE/PE de 3.11.1988 afastada face à preclusão da matéria, pois dela não foi interposto qualquer recurso.

Agravo provido e, conhecido desde logo o recurso especial, reformou-se a decisão recorrida para manter o número de Vereadores anteriormente fixado, em consonância com o critério constitucional da proporcionalidade em relação à população.

Data do julgamento: 1º de outubro de 1991.

Protocolo nº 8.391/90.

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

ATOS DE 10 DE OUTUBRO DE 1991

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, resolve

Nº 797 - EXONERAR, a partir de 10 de outubro do corrente ano, a Bacharel em Direito MARIA APARECIDA DO ESPÍRITO SANTO do cargo, em comissão, de Diretor da Divisão de Publicação de Acórdãos, Código STJ-DAS-101.3, da Secretaria Judiciária, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º da Resolução nº 40, de 25 de setembro de 1991.

Nº 798 - EXONERAR, a partir de 10 de outubro do corrente ano, o Bacharel em Direito BENEDITO DE PEDREIRAS MARANHÃO GOMES DE SÁ do cargo, em comissão, de Diretor da Divisão de Registro e Autuação, Código STJ-DAS-101.3, da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º da Resolução nº 40, de 25 de setembro de 1991.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: PABX: (061) 321-5566 - Fax: (061) 225-2046
Telex: (061) 1356 DIMN BR
CGC/MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos dos Tribunais Superiores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União

JÓRGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

JOSÉ EDMAR GOMES - MIGUEL FELIX DOS ANJOS
Editores

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias no horário das 7:30 às 13:00 horas, ininterruptamente. Qualquer reclamação tem de ser encaminhada por escrito à Divisão de Jornais Oficiais no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 14.208,00	Cr\$ 3.278,00	Cr\$ 13.114,00	Cr\$ 20.765,00
PORTE:	Cr\$ 16.434,00	Cr\$ 8.118,00	Cr\$ 29.766,00	Cr\$ 16.434,00

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM
Telefone: (061) 321-5566 Ramais: 305/309/339/314/317/328/325/308
Horário: 8:00 às 12:00h e 13:00 às 17:00h.

Nº 799 - EXONERAR, a partir de 10 de outubro do corrente ano, o Bacharel em Direito DURVALINO GOMES DE CASTRO do cargo, em comissão, de Diretor da Divisão de Classificação e Distribuição, Código STJ-DAS-101.3, da Subsecretaria de Registro e Informações Processuais, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com o art. 1º da Resolução nº 40, de 25 de setembro de 1991.

MINISTRO WILLIAM ANDRADE PATTERSON
Vice-Presidente, no exercício da
Presidência

Divisão de Execução de Sentenças e Precatórios

PRECATÓRIOS COM DESPACHOS DIVERSOS

Precatório Nr. 18 053-RJ (Registro : 9584121)
Requerente : BORIS KLEIN e outros
Advogado : SÉRGIO PINHEIRO DRUMMOND
Requerido : Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS
Advogado : OTHELO SANCHES JUNIOR
Deprecante : JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA-RJ

DESPACHO

Informação supra.
Sendo o precatório feito de natureza administrativa, todas as questões de cunho contencioso deverão ser discutidas nos autos principais

Publique-se.
Arquive-se

Brasília, 03 de outubro de 1991.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
Presidente do Tribunal

Precatório Nr. 19.845-SP (Registro : 9677011)
Requerente : MACARIO HIPOLITO
Advogado : LAERCIO VIEIRA
Requerido : Instituto Nacional de Previdência Social - INPS
Advogado : FELICISSIMO RIBEIRO DE MENDONÇA e outros
Deprecante : JUÍZO DE DIREITO DE IGARAPAVA-SP

DESPACHO

Vistos.

A vista do ofício de fls. 69 e do documento que o acompanha, archive-se este precatório.
Publique-se

Brasília, 02 de outubro de 1991.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
Presidente do Tribunal

Precatório Nr. 19 804-RS (Registro : 9676627)
Requerente : UBIRAJARA TRINDADE DO NASCIMENTO
Advogado : ANDROVANDO MICELLI
Requerido : União Federal
Deprecante : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA-RS

DESPACHO

Informação supra.
A vista do ofício de fls. 75, que notícia o levantamento da interdição, autorizo a transferência da verba objeto deste precatório ao Juízo requisitante.
Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 1991.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
Presidente do Tribunal

Precatório Nr. 22.101-SP (Registro : 8800270476)
Requerente : SHIZUKO MORIYA
Advogado : CARLOS ROBERTO FALEIROS DINIZ e outro
Requerido : Instituto Nacional de Previdência Social - INPS
Advogado : ANTONIO AMIN JORGE
Deprecante : JUÍZO DE DIREITO DE ITUVERAVA-SP

DESPACHO

Vistos.
A vista do ofício de fls. 54 e documentos que o acompanham, archive-se o presente precatório.
Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 1991.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ
Presidente do Tribunal

douto patrono do recorrente. Falou pelo recorrente o Doutor Hélio Carvalho Santana e pelo recorrido o Doutor Aref Assreuy Júnior.

PROCESSO RR-20.070/90.4 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sendo recorrente Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Brasília e recorrida Haspa - Habitação São Paulo S/A de Crédito Imobiliário. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial e, no mérito, negar-lhe provimento. Falou pelo recorrente o Doutor Hélio Carvalho Santana.

PROCESSO RR-19.703/90.5 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo recorrente Lídio José dos Santos e recorrida Companhia Nacional de Frigoríficos Confrío. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, acolher a preliminar de não conhecimento do recurso por irregularidade de representação processual arguida pela douta Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho e, consequentemente, não conhecer do recurso de revista.

PROCESSO RR-19.749/90.2 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo recorrente Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e recorrida Sandra Maria Figueiredo Enne. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, rejeitar a preliminar de deserção arguida em contra-razões. Por unanimidade, considerar dispensável a diligência preconizada pela Douta Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho no sentido de fazer constar no rogado dos autos como parte a recorrida Fundação Petros. Por maioria, não conhecer do recurso de revista quanto ao pagamento de pensão, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel e Ermes Pedro Pedrassani que o conheciam. Por unanimidade, conhecê-lo por divergência jurisprudencial quanto a compensação do valor pago - Pecúlio. No mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento para admitir a compensação dos valores pagos em relação ao pecúlio.

PROCESSO RR-19.817/90.3 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo recorrente Cebra Florestal S/A e recorrida Vitorino Araújo Ferreira. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do recurso de revista.

PROCESSO RR-19.821/90.2 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo recorrente João Simão da Silva Neto e Outros e recorrida Companhia Brasileira de Alumínio. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial apenas quanto a prescrição. No mérito, por maioria, negar-lhe provimento, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, relator que o provia. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto Pinto, revisor.

PROCESSO RR-20.077/90.5 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo recorrente Flen der Brasil Ltda e recorrida Sebastião Batista Santos. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do recurso de revista.

PROCESSO RR-20.423/91.8 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo recorrente Casas da Banha Comércio e Indústria S/A e recorrida Manoel Ferreira Nobre. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do recurso de revista.

PROCESSO RR-20.466/91.3 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo recorrente Ultrared - Serviços Sociedade Civil Ltda e recorrida Sebastião de Oliveira da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por maioria, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial apenas quanto ao tema da ajuda de custo, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Hélio Regato, relator e Almir Pazzianotto, revisor, que não o conheciam. No mérito, por maioria, dar-lhe provimento para, reconhecendo a ocorrência da prescrição extintiva da pretensão, absolver a demandada da condenação, no particular, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, relator, que não o provia. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani. Juntará voto vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, relator.

PROCESSO RR-20.770/91.2 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo recorrente Minezi Sato e recorrida Deimar Haniel S/A - Despachos Aduaneiros - Assessoria e Transportes. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do recurso de revista.

PROCESSO RR-20.547/91.9 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo recorrente Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS e recorrida Ana Maria Melo Moreira e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial. No mérito, por maioria, dar-lhe provimento para julgar improcedente a reclamação, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros José Carlos da Fonseca, relator e Hélio Regato que lhe negavam provimento. Redigirá o acórdão o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, revisor.

PROCESSO RR-21.719/91.1 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo recorrente Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro e recorrida Centrex S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto

e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido por maioria, acolher a preliminar de ilegitimidade ativa "ad causam" do Sindicato Profissional arguida pela Douta Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho para decretar extinto o processo sem julgamento do mérito por ausência de legitimação do autor e recorrente, vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato que não a acolhia.

PROCESSO RR-20.037/90.2 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo recorrente Prefeitura Municipal de Suzano e recorrida Francisco Carlos Navarro Rosas. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por violação aos artigos 27, parágrafo primeiro, itens 2 e 3 do Decreto-Lei número 9/69 e artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988. No mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento para julgar improcedente a reclamação.

PROCESSO RR-19.153/90.0 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo recorrente Iraci Pereira da Silva e recorrida Ana Cynira de Almeida Moraes Arruda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial e, no mérito, negar-lhe provimento. Requereram juntada de voto convergente os Excelentíssimos Senhores Ministros Marcelo Pimentel e Almir Pazzianotto Pinto, revisor.

PROCESSO AG-RR-20.435/91.6 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, sendo agravante Banco do Brasil e agravada Nair Rosa Alves e Outra. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por maioria, negar provimento ao agravo regimental, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros Almir Pazzianotto e Ermes Pedro Pedrassani, que o proviam.

PROCESSO RR-21.414/91.9 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sendo recorrente Zoni da Lemes Xavier e recorrida Sabina Modas Comércio Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial e, no mérito, negar-lhe provimento.

PROCESSO AG-RR-26.332/91.1 - relativo ao Agravo Regimental em Recurso de Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo agravante Companhia Docas do Rio de Janeiro e agravado Waldir Correa de Sa. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental.

PROCESSO AI-20.123/90.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo agravante Companhia de Cimento Portland Paraíso e agravado João Bosco Ladeira e Outro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO AI-19.790/90.9 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sendo agravante Estado do Pará e agravado Leonardo Rodrigues de Leão. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Almir Pazzianotto, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO RR-22.610/91.7 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, sendo recorrente Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e recorrida Maria Orfelia Correa de Castro e Outros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial apenas quanto às URPs de abril e maio de 1988 e, no mérito, negar-lhe provimento.

PROCESSO RR-23.148/91.7 - relativo ao Recurso de Revista de decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo recorrente Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS e recorrida Neze Hess. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, conhecer do recurso de revista por divergência jurisprudencial e, no mérito, dar-lhe provimento para julgar improcedente a reclamação.

PROCESSO AG-AI-14.103/90.7 - relativo ao Agravo Regimental em Agravo de Instrumento do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo agravante Maria José Dias Batista e agravada Prefeitura Municipal de Mariana. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, não conhecer do agravo regimental.

PROCESSO AI-14.865/90.6 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo agravante José Francisco de Maria e agravado Síndico da Massa Falida de Lanches Itapura Ltda. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO AI-17.253/90.9 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, sendo agravante Banco do Estado de Minas Gerais S/A e agravado Aloisio Marques da Silva. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO AI-18.234/90.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo agravante Bardella S/A Indústrias Mecânicas e agravado Orosimbo Tertuliano Ribeiro. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO AI-19.889/90.7 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo agravante Basto's Lanches Ltda e agravado Raimundo Sérgio Pinto Lima. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO AI-23.597/91.3 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sendo agravante Hospital e Maternidade de Vila Carrão Ltda e agravado José Fausto Toloi. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO AI-20.267/90.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, sendo agravante Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Grande Dourados e agravado Banco do Brasil S/A. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento.

PROCESSO AI-20.998/91.0 - relativo ao Agravo de Instrumento de despacho do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sendo agravante Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e agravado Pedro Alcântara Dias de Barros. Foi relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Marcelo Pimentel, tendo a Turma resolvido por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às doze horas e dez minutos. E, para constar, eu, Márcio Antero de Carvalho, Diretor da Secretaria da Quarta Turma, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Ermes Pedro Pedrassani, Presidente, e por mim subscrita, aos três dias do mês de outubro do ano de um mil novecentos e noventa e um.

MINISTRO ERMES PEDRO PEDRASSANI
Presidente da Turma

MÁRCIO ANTERO DE CARVALHO
Diretor da Secretaria da Turma

Superior Tribunal Militar

Presidência

ATO Nº 9.575, DE 08 DE OUTUBRO DE 1991

O GENERAL-DE-EXÉRCITO HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5.921/91-DIPES/SEINA, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA à Técnica Judiciária, classe Especial, referência NS-25, MARIA DO SOCORRO CAVALCANTE, matrícula nº 305-2.413.289, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, lotada na Auditoria da 10ª CJM, nos termos do artigo 40, inciso III, letra "a" da Constituição Federal, de 05.10.88, c/c os artigos 186, inciso III, letra "a" e 87, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, artigo 5º da Lei nº 8.162, de 08.01.91, artigo 1º da Lei nº 7.760, de 24.04.89, alterado pelo artigo 6º da Lei nº 7.961, de 21.12.89, e 1º dos Atos números 8.809, de 19.12.89 e 9.155, de 09.01.91, deste Tribunal, com a vantagem prevista no art. 250 da referida Lei nº 8.112/90.

GEN EX HAROLDO ERICHSEN DA FONSECA

Diretoria Judiciária

SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

HABEAS CORPUS Nº 32.795-9/PA

Paciente : PAULO GUILHERME FIGUEIREDO MOURA, 1º Ten. Aer.
Impetrante: Drs. Alberto da Silva Campos, Alberto Antonio Campos e João Alfredo Campos.

DESPACHO

1. Deficiente a instrução provisória da impetração, obstando o julgador de perquirir sobre a existência do fumus boni juris, hei por bem, indeferir a liminar pleiteada.

2. Solicito os bons ofícios dessa Diretoria no sentido de que seja extraída cópia da Petição de HC e enviada à Autoridade indigitada como coatora - Presidente da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - Ministério da Aeronáutica, solicitando-lhe a remessa da cópia autenticada da punição aplicada, com a data de seu início e de seu término, bem como outras informações que aquela Autoridade entender pertinentes.

3. Após, ouça-se a douta Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

4. A seguir, venham-me conclusos os autos.

5. Comunique-se e publique-se.

Brasília, DF, 07 de outubro de 1991.

General-de-Exército WILBERTO LUIZ LIMA
Ministro-Relator"

Secretaria do Tribunal Pleno

Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 124

- APELAÇÃO Nº 46.471-9 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Revisor Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Adv Dr Edgar Leite dos Santos. APELAÇÃO 46.486-9 - Relator Ministro George Belham da Motta. Revisor Ministro Antonio Carlos de Seixas Telles. Advª Dra Clarice do Nascimento Costa.

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

Procuradoria da República em Alagoas

PORTARIA Nº 01, DE 03 DE OUTUBRO DE 1991.

O PROCURADOR DA REPÚBLICA NO ESTADO DE ALAGOAS, adiante assinado, com base nas atribuições conferidas pelos arts. 127 e 129, inciso III, "in fine", ambos da Constituição Federal, bem assim pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública (...),

CONSIDERANDO o ofício s/nº/91, do Matadouro Friquifício de Alagoas S.A. - MAFRIAL, dirigido ao Instituto de Meio Ambiente, autarquia estadual, denunciando a construção pela Construtora Lima Araújo, de galeria de esgotamento de águas pluviais do Conjunto Margarida Procópio, no bairro Forene, nesta capital, que desaguará no manancial de água potável de que se serve o Matadouro MAFRIAL para lavagem da carne;

CONSIDERANDO que a obra está sendo financiada pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;

CONSIDERANDO o ofício sem número/91 do MAFRIAL dirigido a esta PR/AL;

CONSIDERANDO que há informações de ferimento à Resolução do CONAMA, nº 5, de 15 de junho de 1988, bem assim ao art. 225, inciso IV, da Constituição Federal, inexistência de estudo prévio de impacto ambiental; resolve:

1. Instaurar, com base no art. 129, inciso III, da Constituição Federal, e do art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85, INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apuração do fato, com o objetivo, se for o caso, de propor AÇÃO CIVIL PÚBLICA, pelo que determina:

a) convocação das seguintes pessoas para serem ouvidas:

I - Superintendente Regional da C.E.F. em Alagoas

II - Diretor da Construtora Lima Araújo

III - Diretor da MAFRIAL

2. Designar escrivão para funcionar no Inquérito o servidor JOSÉ CARLOS SILVA CASTRO, Agente Administrativo, Cargos SA-801, Classe "A", Referência NI-20, Matrícula 4324-9, desta Procuradoria, a quem determinar a autuação da primeira via desta Portaria nos autos do registro cronológico nº 001/91 - PR/AL.

ALEX AMORIM DE MIRANDA

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho

DEMONSTRATIVO DE PRODUTIVIDADE

Mês de setembro de 1991

I - PROCESSOS

SUBPROCURADOR-GERAL/PROCURADOR		EM PODER DO SUBPROCURADOR-GERAL/PROCURADOR				SALDO ATUAL				
NOME		SALDO		DISTR. NO MES	TOTAL	DEVOL. NO MES	EXERC. ANTER.	MESES ANTER.	DISTR. NO MES	TOTAL
	SIT	EXERC. ANTER.	MESES ANTER.							
HEGLER JOSE HORTA BARBOSA	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
LUIZ DA SILVA FLORES	8	65	45	0	110	0	65	45	0	110
ARLANDO DE BRITO	2	0	4	30	34	28	0	0	06	06
CARLOS NEUTON DE SOUZA PINTO	3	79	199	60	338	171	78	57	32	167
OTHONGALDI ROCHA		0	35	24	59	07	0	30	22	52
JOAO PEDRO FERRAZ DOS PASSOS		0	09	50	59	11	0	07	40	47
SEBASTIAO VIEIRA DOS SANTOS	3	0	20	0	20	20	0	0	0	0
NORMA AUGUSTO PINTO		0	56	26	82	33	0	24	25	49
CARLOS CEZAR DE SOUZA NETO		0	117	150	267	189	0	06	72	78